



4429633

LOGUM LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF 09.584.935/0001-37
NIRE 33.300.295.127

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2016**

1. Data, hora e local: Em 28 de março de 2016, às 11:00 horas, na sede da Logum Logística S.A. ("Companhia"), na Avenida General Justo, 365, 6º andar, Salas 602 e 601/parte, Centro, CEP 20021-130, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. Mesa: Presidente – Paulo Victor Lorite da Silva e Chaves; Secretário – José Alberto da Costa Araujo.

3. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social total da Companhia, conforme assinaturas constantes do respectivo Livro de Presença de Acionistas.

4. Convocação: Edital de Convocação da presente Assembleia publicado nos dias 10, 11 e 12 de março de 2016 no Jornal Diário Comercial, páginas 5, 5 e 9, respectivamente, e nos dias 10, 11 e 14 de março de 2016 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, páginas 36, 63 e 22, respectivamente.

5. Ordem do Dia: (i) Homologar o aumento do capital social da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração, conforme deliberação tomada pelos Conselheiros na Reunião de Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2016, referente à implantação dos "Trechos Alternativos a Itumbiara"; (ii) Alterar o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir o aumento do capital social; (iii) Alterar o *caput* do Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia a fim de alterar o número de membros do Conselho de Administração; (iv) Consignar as renúncias apresentadas por membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger conselheiros substitutos; (v) Consignar a renúncia apresentada por membro do Conselho Fiscal da Companhia e eleger conselheiro fiscal substituto; (vi) Alterar o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a mudança de endereço da sede da Companhia, conforme deliberação tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2015, às 16:00 horas; e (vii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia.

6. Deliberações: Dando início aos trabalhos, os acionistas examinaram os itens constantes da ordem do dia e deliberaram, por unanimidade de votos, sem ressalvas e sem quaisquer abstenções, lavrar a presente ata sob a forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como escolher o Sr. Paulo Victor Lorite da Silva e Chaves para presidir a presente Assembleia, que, por sua vez, escolheu o



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127

Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1

Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

05
Fe



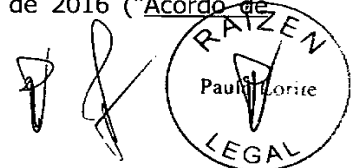
4429634

Sr. José Alberto da Costa Araujo para secretaria-la. Em seguida, os acionistas aprovaram, dentro de suas atribuições:

- (i) Por maioria de votos, com voto contrário pela acionista Petrobras, homologar o aumento do capital social da Companhia, conforme deliberação tomada pelos Conselheiros na Reunião de Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2016, no valor total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), dentro do limite do capital autorizado, com a emissão de 1.923.076.922 (um bilhão, novecentas e vinte e três milhões, setenta e seis mil, novecentas e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,13 (treze centavos de real) por ação, fixado nos termos do Artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Com o aumento de capital, o capital social da Companhia passa de R\$ 832.613.999,89 (oitocentos e trinta e dois milhões, seiscentos e treze mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), dividido em 2.230.549.982 (dois bilhões, duzentas e trinta milhões, quinhentas e quarenta e nove mil, novecentas e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 1.082.613.999,89 (um bilhão e oitenta e dois milhões, seiscentos e treze mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), dividido em 4.153.626.904 (quatro bilhões, cento e cinquenta e três milhões, seiscentas e vinte e seis mil, novecentas e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A homologação do aumento de capital foi aprovada com base na informação prestada pela administração da Companhia de que a totalidade das ações emitidas foi subscrita pelos acionistas, nos montantes indicados no Anexo I, da presente ata.
- (ii) Por unanimidade de votos, sem ressalvas e sem quaisquer abstenções, alterar o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir o aumento de capital social mencionado acima, passando o dispositivo a vigorar com a seguinte nova redação, mantendo-se inalterados os seus parágrafos:

"Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 1.082.613.999,89 (um bilhão e oitenta e dois milhões, seiscentos e treze mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), dividido em 4.153.626.904 (quatro bilhões, cento e cinquenta e três milhões, seiscentas e vinte e seis mil, novecentas e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, cuja propriedade será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas".

- (iii) Por unanimidade de votos, sem ressalvas e sem quaisquer abstenções, alterar o número de membros do Conselho de Administração, a fim de refletir o Sexto Aditivo ao Acordo de Acionistas da Companhia, datado de 28 de março de 2016 ("Acordo de



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127

Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1

Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



4429635

86
12

Acionistas"). Dessa forma, o *caput* do Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação, mantendo-se inalterados os seus parágrafos:

"Artigo 18 - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 6 (seis) a 10 (dez) membros e seus respectivos suplentes, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral."

- (iv) Por unanimidade de votos, sem ressalvas e sem quaisquer abstenções, consignar as renúncias apresentadas pelos(a) Srs(a): (a) Juliana Sá Vieira Baiardi Sinay Neves, ao cargo de membro titular do Conselho de Administração; recebida em 29 de fevereiro de 2016; (b) Eduardo Autran de Almeida Junior, ao cargo de membro titular do Conselho de Administração, recebida em 25 de fevereiro de 2016; (c) Carlos Felipe Guimarães Lodi, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração, recebida em 17 de março de 2015; e, (d) Alexandre de Mattos Setten, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração, recebida em 30 de junho de 2015, conforme cartas de renúncia arquivadas na sede da Companhia. Tendo em vista tais renúncias, as acionistas elegem os seguintes conselheiros em substituição, os quais completarão o mandato dos conselheiros renunciantes: **GRAZIELA GALLI FERREIRA BARIONI**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 22.697.214-8 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 258.751.358-83, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, parte A, Butantã, CEP 05501-050, para exercer o cargo de membro titular do Conselho de Administração, conforme indicação da acionista Odebrecht TransPort S.A.; e **ALIEKSIEI MARTINS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 52.949.419-X SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 426.615.363-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, 287, 1º andar, CEP 01311-000, para exercer o cargo de membro suplente do Conselheiro de Administração Paulo Roberto de Souza, conforme indicação da acionista Copersucar S.A. O cargo de membro titular do Conselho de Administração do Sr. Eduardo Autran de Almeida Junior e seu respectivo suplente permanecerão vagos e os demais cargos do Conselho de Administração são ratificados nesta data, de forma que o Conselho de Administração atualmente está composto por 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, tal como permitido pela nova redação do Artigo 18 do Estatuto Social.
- (v) Por unanimidade de votos, sem ressalvas e sem quaisquer abstenções, consignar a renúncia apresentada pelo Sr. Celso Rocha Alves Júnior ao cargo de membro suplente do Conselho Fiscal, conforme carta de renúncia arquivada na sede da Companhia, recebida em 30 de junho de 2015, bem como eleger em substituição, a qual completará o mandato do conselheiro renunciante: **VANESSA SIQUEIRA**



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127

Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1

Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



07
fz

SAMEJIMA, brasileira, casada, contadora, portadora da carteira de identidade RG nº 25.613.484-4 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 272.088.678-52, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, 287, 1º andar, CEP 01311-000, para exercer o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal Tomas Caetano Manzano, conforme indicação da acionista Copersucar S.A.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ora eleitos serão investidos em seus respectivos cargos mediante a lavratura e assinatura de termos de posse no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal, conforme o caso. Atendendo ao disposto no Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, os conselheiros ora eleitos declaram, sob as penas de lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. A conselheira fiscal ora eleita declara, ainda, que preenche os requisitos previstos no Artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

- (vi) Por unanimidade de votos, sem ressalvas e sem quaisquer abstenções, alterar o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a mudança de endereço da sede da Companhia, conforme deliberação tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2015, às 16:00 horas. Dessa forma, o referido dispositivo passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 2º - A Companhia tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida General Justo, nº 365, 6º andar, salas 602 e 601 (parte), Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral."

- (vii) Por unanimidade de votos, sem ressalvas e sem quaisquer abstenções, incluir em pauta para deliberação nesta Assembleia Geral Extraordinária a alteração da alínea (A) do parágrafo único do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. Nesse sentido, o referido dispositivo passará a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 16 - (...)

Parágrafo Único - (...)



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127

Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.


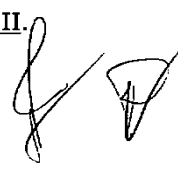
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1

Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

(A) estão sujeitos à aprovação por acionistas representando ao menos 70% (setenta por cento) do capital social votante a decisão de implantação do Trecho Uberaba-Itumbiara ou dos Trechos Alternativos a Itumbiara (inclusive por meio de alteração ou inclusão de referidos trechos no Plano de Negócios de Implantação e Investimentos, Plano de Negócios de Operação, Orçamento Anual, Plano Plurianual, Plano Estratégico e/ou Projeto Executivo da Companhia, conforme aplicável), bem como qualquer aumento de capital da Companhia, que seja realizada fora do limite do capital autorizado, para fins de implantação de referidos trechos. Para fins do presente Estatuto Social, (i) **"Trecho Uberaba-Itumbiara"** significa o trecho de poliduto para transporte de etanol e derivados, com extensão aproximada de 254 km, compreendido entre os municípios de Uberaba/MG e Itumbiara/GO, e implantação do centro coletor de etanol e derivados em Itumbiara/GO, com capacidade de armazenamento aproximada de 40.000 m³, (ii) **"Trechos Alternativos a Itumbiara"** significa, os trechos alternativos, propostos pela Companhia ao BNDES, como alternativa à obrigação contratual de implantação do Trecho Uberaba-Itumbiara, constante da minuta atualmente vigente do Contrato de Empréstimo Ponte, e, caso o BNDES obtenha autorização, por meio da decisão de sua diretoria, para aditar o Contrato de Empréstimo Ponte de forma a substituir a obrigação de implantação do Trecho Uberaba-Itumbiara por um ou mais dos trechos alternativos propostos, esse(s) trecho(s) que a Companhia estará contratualmente obrigada a implantar nos termos do referido aditivo ao Contrato de Empréstimo Ponte, permanecerá(ão) limitado(s) ao valor total agregado de R\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais); e (iii) **"Empréstimo Ponte"** significa o empréstimo contratado nos termos do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0906.1 celebrado em 11 de novembro de 2011 entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, conforme venha a ser aditado de tempos em tempos, pelo qual foi aberto um crédito no valor de R\$ 1.757.600.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e sete milhões, seiscentos mil reais), destinado à realização de investimentos relativos à implantação do Plano de Negócios da Operação; (...)"

- (viii) Por unanimidade de votos, sem ressalvas e sem quaisquer abstenções, consolidar o Estatuto Social da Companhia. A pedido da acionista Petrobras, ficou esclarecido que a consolidação do Estatuto contempla além das alterações aprovadas na presente Assembleia também aquelas aprovadas nas Assembleias realizadas em 01 de outubro de 2015, às 11:00 horas, e em 29 de fevereiro de 2016, às 9:00 horas, de forma que referido Estatuto Social passará a vigorar na forma do Anexo II.



09
fe



4429638

7. Encerramento: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à impressão desta ata em livro próprio, a qual após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos acionistas presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio.


Rio de Janeiro, 28 de março de 2016.


Paulo Victor Lorite da Silva e Chaves
Presidente


José Alberto da Costa Araujo
Secretário

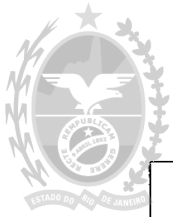





Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

10
10



**ANEXO I DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
LOGUM LOGÍSTICA S.A. REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2016**

4429639

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES SUBSCRITAS
CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.	192.307.693
COPERSUCAR S.A.	494.505.494
RAÍZEN ENERGIA S.A.	494.505.494
ODEBRECHT TRANSPORT S.A.	494.505.494
UNIDUTO LOGÍSTICA S.A.	247.252.747
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS	0
TOTAL	1.923.076.922

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016



4429640

**ANEXO II DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
LOGUM LOGÍSTICA S.A. REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2016**

**LOGUM LOGÍSTICA S.A.
ESTATUTO SOCIAL**

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A LOGUM LOGÍSTICA S.A. (a "**Companhia**"), sociedade por ações de capital fechado, rege-se por este Estatuto, pelas disposições da Lei 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**") e pela legislação que lhe for aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida General Justo, nº 365, 6º andar, salas 602 e 601 (parte), Centro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 3º - A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a implementação de um sistema logístico de transporte de etanol, derivados de petróleo e outros biocombustíveis, incluindo instalações para armazenamento de etanol e 1.330 Km de extensão aproximada de dutos, ligando as principais regiões produtoras de etanol do país (SP, GO, MG, MS e PR) aos centros consumidores (SP e RJ) e aos terminais marítimos localizados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, para exportação e/ou cabotagem do etanol para os demais centros consumidores do país, conforme detalhado a seguir:

- (a) implementar a construção e operar redes de transporte intermodal e multimodal de etanol, derivados de petróleo e outros biocombustíveis para o mercado nacional e internacional;
- (b) explorar atividades direta ou indiretamente relacionadas aos serviços de transporte intermodal e multimodal de etanol, derivados de petróleo e outros biocombustíveis, tais como o planejamento de logística, carga, descarga, baldeação, movimentação e estocagem, operação de portos e terminais aquaviários;
- (c) importar, adquirir ou arrendar todo maquinário e equipamentos relacionados à implantação e operação do sistema de transporte objeto da Companhia;
- (d) explorar e desenvolver oportunidades em negócios relacionados à colocação de cabos de fibras óticas em suas faixas de servidão; e



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127

Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1

Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

12
/ 12



(e) executar outras atividades afins ou correlatas às descritas nas alíneas anteriores visando à implantação e operação do sistema de transporte objeto da Companhia.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é de 60 (sessenta) anos no mínimo, ou compatível com o prazo de amortização do contrato de longo prazo a ser celebrado junto aos financiadores.

4429641

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 1.082.613.999,89 (um bilhão e oitenta e dois milhões, seiscentos e treze mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), dividido em 4.153.626.904 (quatro bilhões, cento e cinquenta e três milhões, seiscentas e vinte e seis mil, novecentas e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, cuja propriedade será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas".

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração e pelo preço de emissão a ser por este fixado, independentemente de reforma estatutária, observado o disposto no Acordo de Acionistas (conforme abaixo definido), nos termos do Artigo 168 da Lei das S.A. ("**Capital Autorizado**").

Artigo 6º - A subscrição e a integralização das ações obedecerão aos seguintes critérios:

(a) caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre o aumento de capital social dentro do limite de Capital Autorizado, bem como deliberar a quantidade e preço das ações a serem emitidas;

(b) caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o aumento de capital social que exceder o limite de Capital Autorizado, bem como deliberar a quantidade e preço das ações a serem emitidas;

(c) o prazo para integralização das ações subscritas será fixado por ocasião de cada aumento de capital; e

(d) a integralização de ações com bens dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único – O acionista que deixar de realizar as integralizações das ações por ele



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127

Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1

Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



subscritas, observados os termos e condições dispostos no boletim de subscrição, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeito às penalidades previstas na Lei das S.A. Os valores serão corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou, em caso de extinção, índice que venha a substituí-lo.

4429642 Artigo 7º - Os acionistas terão o direito de preferência na subscrição de novas ações de emissão da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, conforme previsto na Lei das S.A.

Parágrafo Único - O prazo para exercício do direito de preferência será fixado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, não podendo ser inferior a 45 (quarenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III - ÓRGÃOS PERMANENTES DA COMPANHIA

Artigo 8º - São órgãos permanentes da Companhia:

- a. a Assembleia Geral;
- b. o Conselho de Administração; e
- c. a Diretoria.

Artigo 9º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto.

CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social e poderá se reunir extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei.

Artigo 11 - A convocação para a Assembleia Geral se fará pela imprensa com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação, observado o disposto na Lei das S.A., sendo dispensadas as formalidades de convocação prévia para aquelas Assembleias às quais compareçam todos os Acionistas.

Artigo 12 - As Assembleias Gerais serão consideradas validamente instaladas nos termos da Lei das S.A..

Artigo 13 - O acionista poderá fazer representar-se nas Assembleias Gerais por procurador, respeitadas as disposições da Lei das S.A.



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

14
P2



Artigo 14 - Depois de assinarem o Livro de Presença, os acionistas, pela maioria de votos dos presentes, escolherão o Presidente, o qual dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral. Ao Presidente da Assembleia Geral caberá a escolha do Secretário.

4429643

Artigo 15 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computados os votos em branco, exceto se de outra forma previsto na lei, neste Estatuto ou no Acordo de Acionistas.

Artigo 16 - Sem prejuízo das atribuições previstas na Lei das S.A. serão de competência privativa da Assembleia Geral da Companhia, sujeitas à aprovação por acionistas representando ao menos 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social votante, deliberar acerca das seguintes matérias:

- (a) alterações do Estatuto Social da Companhia, exceto as matérias constantes do rol sujeito à aprovação por Acionistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social votante, previsto no artigo 17, deste Estatuto;
- (b) alterações do objeto social;
- (c) aprovação de aumento do limite do capital autorizado, ou de aumento do capital social da Companhia acima do limite autorizado;
- (d) a aprovação de aumento do capital social da Companhia em bens ou direitos, incluindo a respectiva avaliação dos referidos bens ou direitos,
- (e) a aprovação da redução do capital social da Companhia, ressalvada a redução para compensação de prejuízos;
- (f) aprovação de recompra, amortização e/ou resgate de ações pela Companhia ou suas controladas, assim como aquisição de ações pela Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento;
- (g) aprovação de venda, emissão ou cancelamento de quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, conversíveis ou não em ações, incluindo debêntures, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações ou quaisquer outros títulos;
- (h) aquisição, transformação, fusão, incorporação (inclusive de ações) e cisão total ou parcial da Companhia, versão de acervo líquido ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia;
- (i) pedido de aut falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;

[Assinatura]

[Assinatura]



[Assinatura]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

15
10



(j) dissolução ou liquidação, inclusive quanto à cessação da liquidação da Companhia, além de eleição e destituição do liquidante, nomeação do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação e julgamento das suas contas;

4429644 (k) qualquer aquisição ou alienação de ativos não prevista nos Planos de Negócios de Operação ou de Implantação e Investimentos da Companhia;

(l) abertura ou fechamento do capital da Companhia, e aprovação do registro da Companhia na Comissão de Valores Mobiliários ou perante qualquer equivalente na jurisdição estrangeira;

(m) definição e alteração da política de dividendos, bem como a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre o capital próprio;

(n) aprovação da política de remuneração da administração e estabelecimento da remuneração anual global da administração;

(o) suspensão do exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto (sem contabilizar o voto desse acionista);

(p) eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;

(q) deliberação sobre a criação de reservas no patrimônio líquido, além da reserva legal;

(r) aprovação de contas dos administradores;

(s) deliberação sobre qualquer matéria que não seja expressamente de competência da Diretoria e do Conselho de Administração.

Parágrafo Único – Não obstante o previsto no “caput” deste Artigo:

(A) estão sujeitos à aprovação por acionistas representando ao menos 70% (setenta por cento) do capital social votante a decisão de implantação do Trecho Uberaba-Itumbiara ou dos Trechos Alternativos a Itumbiara (inclusive por meio de alteração ou inclusão de referidos trechos no Plano de Negócios de Implantação e Investimentos, Plano de Negócios de Operação, Orçamento Anual, Plano Plurianual, Plano Estratégico e/ou Projeto Executivo da Companhia, conforme aplicável), bem como qualquer aumento de capital da Companhia, que seja realizada fora do limite do capital autorizado, para fins de implantação de referidos trechos. Para fins do presente Estatuto Social, (i) “**Trecho Uberaba-Itumbiara**” significa o trecho de poliduto para transporte de etanol e derivados, com extensão aproximada de 254 km, compreendido entre os municípios de Uberaba/MG e Itumbiara/GO, e implantação do centro coletor de etanol e derivados em Itumbiara/GO, com capacidade de armazenamento



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

16
fz



4429645

aproximada de 40.000 m³, (ii) "**Trechos Alternativos a Itumbiara**" significa, os trechos alternativos, propostos pela Companhia ao BNDES, como alternativa à obrigação contratual de implantação do Trecho Uberaba-Itumbiara, constante da minuta atualmente vigente do Contrato de Empréstimo Ponte, e, caso o BNDES obtenha autorização, por meio da decisão de sua diretoria, para aditar o Contrato de Empréstimo Ponte de forma a substituir a obrigação de implantação do Trecho Uberaba-Itumbiara por um ou mais dos trechos alternativos propostos, esse(s) trecho(s) que a Companhia estará contratualmente obrigada a implantar nos termos do referido aditivo ao Contrato de Empréstimo Ponte, permanecerá(ão) limitado(s) ao valor total agregado de R\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais); e (iii) "**Empréstimo Ponte**" significa o empréstimo contratado nos termos do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0906.1 celebrado em 11 de novembro de 2011 entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, conforme venha a ser aditado de tempos em tempos, pelo qual foi aberto um crédito no valor de R\$ 1.757.600.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e sete milhões, seiscentos mil reais), destinado à realização de investimentos relativos à implantação do Plano de Negócios da Operação;

(B) está sujeito à aprovação de maioria de votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral qualquer aumento de capital da Companhia que venha a ser necessário em virtude de decisão de qualquer acionista de capitalizar parte ou a totalidade de seus créditos decorrentes de pagamento a instituição financeira por tal acionista, em nome da Companhia, em caso de inadimplemento da Companhia perante financiadores ou garantidores do Empréstimo Ponte; e

(C) está sujeito à aprovação de maioria de votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral qualquer aumento de capital da Companhia que venha a ser necessário em virtude de inadimplemento da Companhia perante os bancos ING Bank N.V. (filial de São Paulo), Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., com relação ao Instrumento Particular de Sexto Aditamento e Consolidação do Contrato de Prestação de Garantia e Outras Avenças (CPG 20%).

Artigo 17 - Sem prejuízo das atribuições previstas na Lei das S.A., serão de competência privativa da Assembleia Geral da Companhia, sujeitas à aprovação por acionistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social votante, as alterações no Estatuto Social sobre:

- (a) mudança no endereço da sede;
- (b) alteração do prazo de gestão dos administradores;
- (c) frequência das reuniões do Conselho de Administração;
- (d) locais de reuniões do Conselho de Administração; e



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

17
fe



(e) forma de resolução de disputas.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4429646 **Artigo 18** - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 06 (seis) a 10 (dez) membros e seus respectivos suplentes, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Cada Conselheiro terá direito a 01 (um) voto nas Reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Artigo 19 - O Presidente do Conselho de Administração da Companhia será eleito pela maioria dos membros do Conselho de Administração, sem qualquer prerrogativa ou direito adicional em relação aos demais membros.

Artigo 20 - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração serão empossados mediante assinatura de termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Artigo 21 - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos pelos seus respectivos suplentes.

Artigo 22 - No caso de vacância, será convocada a Assembleia Geral para, dentro de 30 (trinta) dias, eleger o titular que deverá cumprir o restante do mandato do substituído.

Artigo 23 - O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente a cada 02 (dois) meses, e extraordinariamente sempre que convocado por qualquer Conselheiro titular ou suplente em exercício, por escrito (inclusive via fax ou mensagem eletrônica), contendo descrição detalhada da pauta de reunião e, se for o caso, os documentos e informações a ela relacionados (i) com antecedência mínima de 10 (dez) dias em primeira convocação e (ii) com antecedência mínima de 05 (cinco) dias em segunda convocação ou convocação posterior.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração (ou, na sua ausência, pelo Conselheiro escolhido pela maioria dos presentes), o qual indicará um dos presentes (que não necessariamente precisa ser um membro do



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127

Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1

Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

18/
rc



4429647

Conselho de Administração) para ocupar a função de Secretário, sendo a mesa responsável por registrar as deliberações ocorridas em atas, as quais serão lavradas na forma sumária e deverão registrar fielmente as respectivas deliberações.

Parágrafo 2º - As Reuniões do Conselho serão realizadas na sede da Companhia ou em outro local determinado pelo Conselheiro que convocar a reunião, desde que nas cidades do Rio de Janeiro - RJ ou de São Paulo - SP, exceto se de outra forma acordado entre a totalidade dos Conselheiros.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração somente se instalará com a presença da maioria de seus membros em exercício, admitida a representação de qualquer Conselheiro por qualquer membro titular ou suplente do Conselho de Administração por ele indicado de forma expressa e escrita, permitida participação mediante tele ou vídeo conferência, ou por qualquer outro meio que possibilite aos demais Conselheiros vê-los ou ouvi-los ou, ainda, permitido o envio do voto por escrito.

Parágrafo 4º - As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros do Conselho de Administração, exceto se de outra forma previsto neste Estatuto ou no Acordo de Acionistas.

Artigo 24 - A remuneração global anual fixa e variável dos administradores da Companhia será fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração a sua individualização.

Artigo 25 - Compete ao Conselho de Administração, sujeito à aprovação por ao menos 85% (oitenta e cinco por cento) dos seus membros, deliberar sobre:

- (a) a determinação da orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) aprovação ou alteração do Orçamento Anual, Plano Plurianual, Plano de Negócios de Operação, Plano de Negócios de Implantação e Investimentos, Plano Estratégico e Projeto Executivo da Companhia;
- (c) aprovação de aumento do capital social, respeitado o limite do Capital Autorizado, fixando classe e número de ações, preço de emissão, condições de subscrição e prazos de integralização;
- (d) autorização do uso do Sistema Integrado para a passagem de produtos ou substâncias que não sejam etanol, desde que previstos no objeto social;
- (e) fixação da remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores Executivos da Companhia, nos limites da verba global fixada pela Assembleia Geral;



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

19
10



4429648

- (f) eleição e destituição dos Diretores Executivos da Companhia, bem como a definição de suas atribuições;
- (g) aprovação da política de recursos humanos da Companhia;
- (h) aprovação ou destituição dos auditores externos da Companhia, e alteração das políticas contábeis, sempre em consonância com as normas vigentes;
- (i) manifestação sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva e as demonstrações financeiras, e proposição à Assembleia Geral da destinação do lucro líquido de cada exercício;
- (j) aprovação do limite de endividamento da Companhia, bem como a contratação de empréstimo ou assunção de dívida pela Companhia, não previstos no Plano de Negócios de Implantação e Investimentos e/ou Orçamento Anual, de valor superior à R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (k) aprovação da constituição de garantias financeiras pela Companhia, em negócios que digam respeito a seus interesses e atividades, não previstas no Plano de Negócios de Implantação e Investimentos e/ou Orçamento Anual, de valor superior à R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou a constituição de garantia em favor de terceiros, de qualquer valor;
- (l) alienação, transferência ou qualquer outra forma de disposição de participações na Companhia;
- (m) celebração, alteração ou rescisão de quaisquer acordos, transações ou contratos entre a Companhia e quaisquer Partes Relacionadas;
- (n) criação de planos de opção de compra de ações da Companhia ou sua revogação, bem como a atribuição a terceiros (inclusive empregados e administradores) de participação nos lucros da Companhia;
- (o) aprovação da indicação, da contratação ou da alteração de operadores logísticos do Sistema Integrado;
- (p) o início, negociação ou celebração de acordos em arbitragens, ou quaisquer processos administrativos ou judiciais que envolvam valores acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (q) autorização de pagamento antecipado de qualquer empréstimo contratado pela Companhia;



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

20
r



(r) aprovação da suspensão ou abandono de qualquer projeto que diga respeito aos interesses e atividades da Companhia que envolvam valores superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

4429649(s) aprovação da Política Tarifária da Companhia;

(t) aprovação do Plano Organizacional Básico da Companhia;

(u) aprovação/alteração da Política de Gestão Financeira da Companhia;

(v) criação e extinção de comitês de suporte do Conselho de Administração; e

(w) aprovação da celebração de contratos de qualquer natureza, para os quais não haja previsão orçamentária, cujo valor individual ou acumulado no período a que se refere o orçamento seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); excetuados contratos comerciais relacionados à atividade fim da Companhia.

Parágrafo Único – Não obstante o previsto no “caput” deste Artigo, a decisão de implantação do Trecho Uberaba-Itumbiara ou dos Trechos Alternativos a Itumbiara (inclusive por meio de alteração ou inclusão de referidos trechos no Plano de Negócios de Implantação e Investimentos, Plano de Negócios de Operação, Orçamento Anual, Plano Plurianual, Plano Estratégico e/ou Projeto Executivo da Companhia, conforme aplicável), bem como qualquer aumento de capital da Companhia para fins de implantação de referidos trechos estão sujeitos à aprovação por ao menos 70% (setenta por cento) dos membros do Conselho de Administração.

Artigo 26 – Será de competência do Conselho de Administração da Companhia, sujeita à aprovação por ao menos 75% (setenta e cinco por cento) dos seus membros, a aprovação de (i) celebração de contratos de qualquer natureza, para os quais não haja previsão orçamentária, cujo valor individual ou acumulado no período a que se refere o orçamento seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e igual ou inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), excetuados contratos comerciais relacionados à atividade fim da Companhia; e (ii) a escolha de bancos de investimento de primeira linha para apurar o valor de ações de emissão da Companhia nas hipóteses previstas na Cláusula VIII do Acordo de Acionistas.

Artigo 27 - Caso qualquer deliberação do Conselho de Administração da Companhia resulte em um empate, a matéria em discussão será considerada não aprovada, sendo livre sua reapresentação para deliberação nas reuniões subsequentes do Conselho de Administração.



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127

Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1

Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



CAPÍTULO VI – DIRETORIA

Artigo 28 - A Diretoria é composta por, no mínimo, 03 (três) e no máximo 06 (seis) membros, Acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores Executivos sem designação específica.

Parágrafo Único - Caberá ao Conselho de Administração eleger os Diretores.

Artigo 29 - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, coincidindo com o mandato dos membros do Conselho de Administração, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, e permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.


Artigo 30 - Nas ausências e impedimentos de qualquer dos Diretores, caberá ao Conselho de Administração a indicação de seu substituto, dentre os demais Diretores.

Artigo 31 - Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, caberá ao Conselho de Administração eleger o substituto que exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato.

Artigo 32 - Compete à Diretoria:

- (a) administração e superintendência dos negócios sociais;
- (b) coordenação do andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas Reuniões do Conselho de Administração;
- (c) aprovação, em Reunião de Diretoria, da celebração de contratos de qualquer natureza, para os quais não haja previsão orçamentária, cujo valor individual ou acumulado no período a que se refere o orçamento seja igual ou inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); excetuados contratos comerciais relacionados à atividade fim da Companhia;
- (d) aprovação, em Reunião de Diretoria, das condições de contratação de profissionais para exercerem cargos de gerência na Companhia, tendo como referência a política de recursos humanos aprovada pelo Conselho de Administração;
- (e) preparação do Orçamento Anual, Plano Plurianual, Plano de Negócios de Operação, Plano de Negócios de Implantação e Investimentos, Plano Estratégico e Projeto Executivo da Companhia;
- (f) prática de outros atos que venham a ser determinados pela Assembleia Geral ou pelo




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016



Conselho de Administração; e

(g) deliberar sobre a criação de sucursais, filiais ou agências, observado o disposto no Estatuto, que deverá ser arquivada na competente Junta Comercial.

4429651 Artigo 33 - É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por 2 (dois) membros da Diretoria, devendo especificar os poderes conferidos e possuir prazo de duração determinado, limitado a 01 (um) ano, vedado substabelecimento, à exceção de mandatos outorgados a instituições financeiras no âmbito do processo de financiamento da Companhia e a advogados para o patrocínio dos interesses da Companhia em processos judiciais ou administrativos, os quais poderão ser outorgados por prazo indeterminado, permitindo substabelecimento.

Artigo 34 - A Companhia só será obrigada pela assinatura conjunta de:

(a) 2 (dois) Diretores; ou

(b) 1 (um) Procurador com poderes específicos, conferidos na forma do Artigo 33 deste Estatuto.

Artigo 35 - A Diretoria se reunirá quando convocada pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá reunir-se com a presença de, no mínimo, a metade dos seus membros em exercício, sendo um deles o Diretor Presidente ou seu substituto. As deliberações em reuniões da Diretoria serão tomadas de acordo com o voto da maioria dos Diretores presentes.

CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL

Artigo 36 - O Conselho Fiscal, composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, funcionará de forma não permanente, na forma da lei.

Artigo 37 - O mandato do Conselho Fiscal será de 01 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 38 - Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhe for estabelecida pela Assembleia que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a lei.

Artigo 39 - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas em livro próprio.



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LOGUM LOGISTICA S A

Nire: 33300295127

Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1

Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



4429652

CAPÍTULO VIII - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 40 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 41- Ao fim de cada exercício social, será levantado o balanço patrimonial e preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas pela Lei das S.A.

Parágrafo 1º - A Companhia procederá ao levantamento de balanços semestrais e trimestrais (ou períodos menores, se assim solicitado pelo acionista); havendo lucro em tais balanços e no balanço anual, poderá haver distribuição de dividendos, observadas as disposições da lei e a Política de Dividendos da Companhia, por deliberação prévia da Assembleia Geral, vedada a distribuição "*ad-referendum*" pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, observado o disposto na Política de Dividendos da Companhia.

Parágrafo 3º - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26.12.95 e legislação pertinente, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório.

Artigo 42 - A Diretoria apresentará ao Conselho de Administração, para aprovação e submissão à Assembleia Geral, proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente nessa ordem:

- (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (b) a parcela correspondente à constituição de reserva de contingências;
- (c) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, nos termos do artigo 202, §2º da Lei das S.A.; e
- (d) o saldo restante terá a destinação que vier a ser proposta pela Diretoria e aprovada pela Assembleia Geral.

Artigo 43 - Os dividendos e os juros sobre o capital próprio de que trata o Artigo 41 e que vierem a ser atribuídos aos acionistas não renderão juros e, se não reclamados após 3 (três) anos a contar da data do início de pagamento de cada dividendo ou juros sobre o capital próprio, prescreverão em favor da Companhia.



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

24
2



4429653

CAPÍTULO IX - ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 44 - O acordo de acionistas devidamente registrado na sede da Companhia que, dentre outras disposições, estabeleça cláusulas e condições para compra, venda, transferência e oneração de ações de emissão da Companhia, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto, será respeitado pela Companhia, por sua administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho de Administração deverão agir de acordo com o estabelecido em lei e no acordo de acionistas.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 45 - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei.

CAPÍTULO XI – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 46 - Toda e qualquer disputa ou controvérsia oriunda ou relacionada ao presente Estatuto Social, que não tiver sido solucionada por meio de negociações amigáveis, deverá ser resolvida, exclusiva e definitivamente, por meio de arbitragem vinculante.

Artigo 47 - A arbitragem será conduzida de acordo com a lei brasileira de arbitragem (Lei nº 9.307/96) e com as normas da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP (“Câmara”), a qual será responsável pela condução do procedimento arbitral.

Parágrafo 1º - Caso o Regulamento Arbitral da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP contenha qualquer falha de procedimento, as disposições processuais da Lei nº 9.307/96 e do Código de Processo Civil brasileiro serão aplicáveis, nesta ordem.

Parágrafo 2º - O Tribunal Arbitral deverá ser composto de 3 (três) árbitros. A parte que houver requerido a Arbitragem deverá, simultaneamente com esse requerimento, indicar 1 (um) árbitro e notificar a outra parte a respeito de tal indicação. No prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento dessa notificação, a outra parte deverá indicar o segundo árbitro e notificar a parte requerente da Arbitragem a respeito de sua indicação. O terceiro árbitro, que deverá presidir o Tribunal Arbitral, deverá ser indicado pelos outros 2 (dois) árbitros no prazo de 15 (quinze) dias. Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou no caso de os 2 (dois) árbitros não chegarem a um consenso quanto à indicação do terceiro, nos termos acima dispostos, tal árbitro ou árbitros serão indicados, mediante solicitação da Acionista interessada, pelo Presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP.



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127

Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1

Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

25
/r



4429654

Parágrafo 3º - Na hipótese de litisconsórcio, as partes litisconsortes deverão, de comum acordo, indicar um árbitro para compor o Tribunal Arbitral. Caso o requerimento de Arbitragem resulte na instauração uma arbitragem multilateral, em que haja mais de duas partes em disputa com interesses distintos entre si, tornando inviável a formação de litisconsórcio, os 3 (três) árbitros serão selecionados e indicados pelo Presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP.

Parágrafo 4º - Além dos impedimentos previstos no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP, nenhum árbitro designado de acordo com esta cláusula compromissória poderá ser funcionário, representante ou ex-funcionário de qualquer das partes ou de qualquer pessoa a ela ligada direta ou indiretamente, ou de proprietário de participação societária em uma das partes ou de alguma pessoa física ou jurídica a ele ligada direta ou indiretamente.

Parágrafo 5º - Todos os procedimentos e documentos relacionados à Arbitragem serão conduzidos e/ou preparados no idioma português.

Parágrafo 6º - A Arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Parágrafo 7º - Os árbitros decidirão com base na legislação brasileira aplicável, não se aplicando o princípio da equidade.

Parágrafo 8º - O procedimento arbitral prosseguirá à revelia de qualquer das partes, nos termos previstos no Regulamento de Arbitragem.

Parágrafo 9º - O laudo arbitral será definitivo, irrecorrível e vinculará as partes, seus sucessores e cessionários, que se comprometem a cumpri-lo espontaneamente e renunciam expressamente a qualquer forma de recurso ou procedimento judicial ou arbitral diferente do previsto neste Estatuto, ressalvado o pedido de correção de erro material ou de esclarecimento de obscuridade, dúvida, contradição ou omissão do laudo arbitral, conforme previsto no art. 30 da Lei nº 9.307/96, ressalvando-se, ainda, o disposto no item 21.13 abaixo, e o exercício de boa-fé da ação de nulidade estabelecida no art. 33 da Lei nº 9.307/96. Se necessária, a execução do laudo arbitral poderá se dar em qualquer juízo que tenha jurisdição ou que tenha competência sobre as Partes e seus bens.

Parágrafo 10º - As Partes concordam que a Parte sobre a qual for imposta a decisão desfavorável deverá pagar os honorários e despesas havidas com os árbitros e com a Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP ou pelo Tribunal Arbitral, se de outro modo não for estabelecido na decisão arbitral. As Partes arcarão com os custos e honorários dos seus respectivos advogados.



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016



442965

Artigo 48 - Não obstante as disposições deste Capítulo XI, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, unicamente com o propósito de ajuizamento de qualquer medida tendo por objetivo (i) viabilizar a execução específica prevista, (ii) obter medidas coercitivas ou procedimentos acautelatórios de natureza preventiva, provisória ou permanente, como garantia ao procedimento arbitral a ser iniciado ou já em curso entre as Partes e/ou para garantir a existência e a eficácia do procedimento arbitral, ou (iii) obter medidas de caráter mandamental e de execução específica, sendo certo que, atingida a providência mandamental ou de execução específica perseguida, restituir-se-á ao tribunal arbitral a ser constituído ou já constituído, conforme o caso, a plena e exclusiva competência para decidir acerca de toda e qualquer questão, seja de procedimento ou de mérito, que tenha dado ensejo ao pleito mandamental ou de execução específica, suspendendo-se o respectivo procedimento judicial até decisão do tribunal arbitral, parcial ou final, a respeito. O ajuizamento de qualquer medida cautelar nos termos desta cláusula não importa em renúncia à cláusula compromissória ou aos limites da jurisdição do Tribunal Arbitral.

Artigo 49 - O Tribunal Arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com este Estatuto, mas cujas obrigações constem de outros instrumentos, em especial as relacionadas ao Acordo de Acionistas, podendo, conforme o caso, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para reunião de procedimentos caberá ao Tribunal Arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, ao decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração os seguintes fatores: (i) a nova disputa possua questões de fato ou de direito em comum com a disputa pendente; (ii) nenhuma das partes da nova disputa ou da disputa pendente sejam prejudicadas; e (iii) a consolidação na circunstância não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação emitida por um tribunal arbitral será vinculante às partes envolvidas nos procedimentos em questão.


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LOGUM LOGISTICA S A
Nire: 33300295127
Protocolo: 0020162482124 - 29/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 12/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B73E57EDDDCAEC6F1F4EA5DEA020722B904DCCB186B17D871C900AE672BAFCC1
Arquivamento: 00002923158 - 15/07/2016